

## O PACTO DOS PREFEITOS DA UNIÃO EUROPEIA E A INICIATIVA DE ADAPTAÇÃO DOS PREFEITOS

*Rui Ludovino*

### A INICIATIVA DO PACTO DOS PREFEITOS DA UNIÃO EUROPEIA

O Pacto dos Prefeitos é um movimento de cooperação europeu que envolve autoridades locais e regionais. Os signatários do Pacto dos Prefeitos se comprometem voluntariamente a aumentar a eficiência energética e o uso de fontes de energia renováveis em seus territórios. Por meio de seu comprometimento, eles apoiam o objetivo de redução em 20% de gás carbônico da União Europeia, a ser alcançado até 2020.

Após a adoção do pacote de energia e clima da União Europeia em 2008, a Comissão Europeia lançou o Pacto dos Prefeitos para endossar e apoiar os esforços implementados pelas autoridades locais na implementação de políticas de energia sustentáveis.

Autoridades europeias locais de todos os tamanhos – desde pequenas vilas até capitais e grandes regiões metropolitanas – são elegíveis para se tornarem signatárias do Pacto dos Prefeitos.

Cidades, municípios e outras áreas urbanas desempenham papel crucial na mitigação das mudanças climáticas, ao passo que consomem três quartos da energia produzida pela União Europeia e são responsáveis por uma parte similar na emissão de gás carbônico. Autoridades locais também estão em uma posição importante para modificar o comportamento dos cidadãos e encaminhar questões climáticas e energéticas de maneira extensiva, conciliando interesses públicos e privados significativa e integrando questões de energia sustentável com objetivos locais gerais de desenvolvimento.

No sentido de cumprir os objetivos de redução de gás carbônico estabelecidos, os signatários se comprometem a uma série de etapas e aceitam reportar e serem monitorados em suas ações. Dentro de prazos pré-determinados, os signatários assumem formalmente cumprir com os seguintes pontos:

- Desenvolver estruturas administrativas adequadas, incluindo a alocação de recursos humanos suficientes a fim de executar as ações necessárias;
- Preparar o Inventário de Emissões em relação à linha de base;
- Submeter um Plano de Ação de Energia Sustentável em um ano seguinte à adesão oficial à Iniciativa do Pacto dos Prefeitos, incluindo medidas concretas que direcionem à redução de, no mínimo, 20% das emissões de gás carbônico até 2020;
- Submeter um relatório de implementação das medidas no mínimo a cada dois anos após o encaminhamento do Plano de Ação de Energia Sustentável para os propósitos de avaliação, monitoramento e verificação.

A fim de respeitar a necessidade crucial de mobilizar as partes interessadas locais no desenvolvimento de Planos de Ação de Energia Sustentável, os signatários também devem se comprometer com as seguintes medidas:

- Compartilhar experiências e conhecimento com outras autoridades locais;
- Organizar localmente “Dias de Energia”, a fim de conscientizar os cidadãos sobre desenvolvimento sustentável e eficiência energética;
- Participar ou contribuir na cerimônia anual do Pacto dos Prefeitos, em workshops temáticos e encontros de grupos de discussão;
- Divulgar os objetivos e missão do Pacto em foros apropriados e, particularmente, encorajar outros prefeitos a aderirem ao Pacto.

Para alcançar e avançar os objetivos energéticos e climáticos da União Europeia, os signatários do Pacto dos Prefeitos se comprometem a desenvolver um Plano de Energia Sustentável (SEAP – na sigla em inglês), dentro de um ano após sua adesão à iniciativa. Esse Plano de Ação, aprovado pelo conselho municipal, delineia as atividades e medidas previstas pelos signatários a fim de cumprir com seus comprometerimentos, com prazos correspondentes e responsabilidades designadas.

Diversos materiais de apoio técnico e metodológico (incluindo o Guia do Plano de Ação de Energia Sustentável e seu modelo, relatórios sobre metodo-

logias existentes e ferramentas, etc.) oferecem uma direção prática e recomendações claras sobre o processo de desenvolvimento do Plano de Ação. Baseado em experiências práticas de autoridades locais e desenvolvido em cooperação com o Centro de Pesquisa Conjunto da Comissão Europeia, esse pacote de apoio provê os signatários do Pacto com os princípios chave e uma abordagem clara e detalhada<sup>1</sup>.

Os signatários do Pacto, às vezes, não possuem as ferramentas e os recursos adequados para preparar o Inventário de Emissões, esboçar o Plano de Ação de Energia Sustentável e financiar as ações delineadas nesse documento. À luz dessas circunstâncias, províncias, regiões, redes e grupos das municipalidades desempenham papel crucial assistindo signatários a honrarem seus compromissos.

Coordenadores do Pacto são autoridades públicas de diferentes níveis do governo (nacional, regional, provincial) os quais proveem orientação estratégica aos signatários, bem como apoio financeiro e técnico no desenvolvimento e implementação de seus Planos de Ação de Energia Sustentável. A Comissão distingue entre “Coordenadores de Território”, que são as autoridades descentralizadas subnacionais – incluindo províncias, regiões e grupos públicos das municipalidades – e os “Coordenadores Nacionais”, os quais incluem instituições públicas nacionais – como agências de energia nacionais e ministérios de energia.

Redes e associações europeias – nacionais e regionais – de autoridades locais são defensoras do Pacto, impulsionando suas atividades de lobby, comunicação e network a fim de promover a iniciativa do Pacto dos Prefeitos e apoiando os compromissos de seus signatários.

Assistência promocional, técnica e administrativa é provida diariamente aos signatários do Pacto e às partes interessadas pelo Escritório do Pacto do Prefeitos (CoMO, na sigla em inglês), gerenciado por um consórcio de redes de autoridades locais e regionais, liderado pela Energy Cities e composto pelo Conselho de Regiões e Municipalidades Europeias (CEMR, na sigla em inglês), a Climate Alliance (Aliança para o Clima), a Eurocities e a Federação Europeia de Agências e Regiões para Energia e Meio Ambiente (FEDARENE, na sigla em inglês).

A fim de apoiar a elaboração e implementação dos Planos de Ação de Energia Sustentável dos signatários, a Comissão Europeia contribuiu para o

---

1 Todos os documentos estão disponíveis para download em [www.eumayors.eu](http://www.eumayors.eu) - website library

desenvolvimento de unidades financeiras voltadas para os signatários do Pacto, dentre eles a Assistência Europeia de Energia Local (ELENA, na sigla em inglês), configurada em cooperação com o Banco Europeu de Investimento, para projetos de larga escala e a unidade ELENA-KfW, a qual foi estabelecida em parceria com o grupo alemão KfW, oferecendo uma abordagem complementar para mobilizar investimentos sustentáveis advindos de pequenas e médias municipalidades.

Além da Comissão Europeia, o Pacto se beneficia de apoio institucional pleno, incluindo do Comitê de Regiões, o qual apoiou a iniciativa desde sua concepção; do Parlamento Europeu, no qual as duas primeiras cerimônias de ratificação foram conduzidas; e do Banco Europeu de Investimento, o qual assiste autoridades locais a desbloquear seus potenciais de investimento.

O Centro de Pesquisa Conjunto da Comissão Europeia é responsável por prover assistência técnica e científica para a iniciativa. O Centro trabalha em colaboração com o Escritório do Pacto a fim de equipar os signatários com claras orientações técnicas e modelos no sentido de assistir o alcance de seus compromentimentos dentro do Pacto assim como monitorar a implementação e os resultados desses<sup>2</sup>.

#### MAYORS ADAPT – A INICIATIVA DOS PREFEITOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA ADAPTAÇÃO

A “Mayors Adapt”, a iniciativa de adaptação para as mudanças climáticas do Pacto dos Prefeitos, foi estabelecida em março de 2014 a fim de engajar municipalidades sobre adaptação para mudanças climáticas e para apoiá-las a tomarem iniciativas nesse sentido. Cidades como Bolonha, na Itália, e Worms, na Alemanha já assinaram o acordo.

Ações coerentes para mitigação e adaptação irão beneficiar autoridades locais. Em paralelo a redução de gases do efeito estufa, autoridades locais também precisam fortalecer sua resiliência aos impactos das mudanças climáticas. Ações efetivas para mitigação reduzirão a necessidade de adaptação. Todavia eventos meteorológicos extremos mostram que impactos das mudanças climáticas já vêm aumentando vulnerabilidades e dificultando a coesão social e o desenvolvimento econômico –portanto, ações para adaptação também são necessárias.

---

2 Para mais informação, acesse: [http://www.covenantofmayors.eu/index\\_en.html](http://www.covenantofmayors.eu/index_en.html)

Ao passo que Estados-membro desempenham papel crucial no desenvolvimento de Planos de Adaptação nacionais, o nível local é aquele em que os impactos das mudanças climáticas são sentidos. Dessa forma, as autoridades locais são diretamente vulneráveis aos diversos impactos das mudanças climáticas – ocorrências meteorológicas extremas – como ondas de calor, tempestades, inundações e secas, e também mudanças de longo prazo, como perdas econômicas e problemas de saúde pública, apesar de seus esforços para redução das emissões.

Assim, autoridades locais estão idealmente localizadas para atuarem como condutores chave na implementação de medidas de adaptação, melhorando a capacidade de resiliência geral de territórios locais em áreas de políticas públicas – incluindo planejamento espacial, saúde pública, proteção civil, gerenciamento de risco, energia, suprimento de água e meio ambiente; várias iniciativas já estão em curso nessa direção.

A Iniciativa dos Prefeitos para Adaptação segue o modelo do Pacto dos Prefeitos (por exemplo, comprometimento voluntário, responsabilidade política). É um exercício paralelo para adaptação. A iniciativa apoia autoridades locais na direção de desenvolver ações coerentes para mitigação e adaptação, promovendo uma abordagem integrada.

A chamada pública “LIFE 2014” inclui referências claras à “Mayors Adapt”. Propostas de projetos focados em adaptação urbana são ativamente encorajados. Ações desenvolvendo e implementando estratégias de adaptação locais e planos de ação, tais como aqueles ligados à “Mayors Adapt”, contribuem para a cumprir importantes objetivos políticos da União Europeia.

A “Mayors Adapt” também conta com a participação ativa de regiões, províncias e outras autoridades públicas as quais podem mobilizar seus recursos e conhecimento para os signatários. Reconhecidos como Coordenadores da “Mayors Adapt” pela Comissão Europeia, elas atuarão com aliados chave em transmitir a mensagem e aumentar o impacto da iniciativa<sup>3</sup>.

---

3 Para saber mais sobre a “Mayors Adapt”, acesse: [www.mayors-adapt.eu](http://www.mayors-adapt.eu)